

TERAPIA SISTÊMICA: UM NOVO MOVIMENTO SOCIAL?

TERAPIA SISTÊMICA: ¿UN NUEVO MOVIMIENTO SOCIAL?

SYSTEMIC THERAPY: A NEW SOCIAL MOVEMENT?

RESUMO: Este artigo convida a uma reflexão sobre novas possibilidades de atuação, que a introdução do pensamento sistêmico trouxe a terapeutas familiares: desdobramentos em ações comunitárias fundadas em uma epistemologia novo-paradigmática ou pós-moderna, que poderia situá-las como parte dos chamados “novos movimentos sociais”. Considerando a terapia familiar como introdutora do pensamento sistêmico no campo da psicologia, descreve as ampliações e articulações decorrentes: estudar, cuidar ou legislar sobre a família é intervir no tecido social: essa rede de famílias em interação, e vice-versa. Tais práticas, quer na área da educação quer na da saúde, têm como denominador comum uma visão novo-paradigmática da ciência, onde está é compreendida como socialmente construída, implicando em relações de poder e inclusão-exclusão. A autora aponta como tarefa atual da ciência, em geral, e ciência social, em particular, gerar práticas que promovam, para toda a população, a compreensão e consequentemente a apropriação do saber científico religando-o aos saberes do senso comum. Essas práticas de mobilização social, realizadas por novos atores sociais, como os grupos profissionais, configuram os novos movimentos sociais, dos quais o trabalho de Paulo Freire seria um precursor e inspirador.

Palavras-chaves: Terapia Familiar; Pensamento Sistêmico; Epistemologia Pós-Moderna; Práticas Psicossociais

RESUMEN: Este artículo invita a la reflexión sobre las nuevas posibilidades de acción que la introducción del pensamiento sistémico ha aportado a los terapeutas familiares: desarrollos en acciones comunitarias fundamentadas en una epistemología neoparadigmática o posmoderna, que podría situarlas como parte de los llamados “nuevos movimientos sociales”. Considerando la terapia familiar como la introducción del pensamiento sistémico en el campo de la psicología, describe las expansiones y articulaciones resultantes: estudiar, cuidar o legislar sobre la familia implica intervenir en el tejido social, esta red de familias en interacción, y viceversa. Estas prácticas, ya sea en la educación o la salud, comparten una visión neoparadigmática de la ciencia, entendida como una construcción social que implica relaciones de poder e inclusión-exclusión. La autora señala la tarea actual de la ciencia en general, y de las ciencias sociales en particular, como generadora de prácticas que promueven, para toda la población, la comprensión y, en consecuencia, la apropiación del conocimiento científico, reconectándolo con los conocimientos de sentido común. Estas prácticas de movilización social, llevadas a cabo por nuevos actores sociales, como los grupos profesionales, constituyen los nuevos movimientos sociales, de los cuales la obra de Paulo Freire sería precursora e inspiradora.

Palabras clave: Terapia Familiar; Pensamiento Sistémico; Epistemología Posmoderna; Prácticas Psicosociales.

ABSTRACT: This article invites to a reflection on new possibilities for action that the introduction of systemic thinking has brought to family therapists: developments in community work based on a new-paradigmatic or postmodern epistemology, which could highlight them as part of the so-called “new social movements”. Considering family therapy as the introduction of systemic thinking in the field of psychology, it describes the resulting expansions and articulations: studying, caring for or legislating about the family means intervening in the social fabric: this network of interacting families, and vice versa. Such practices, whether in education or healthcare, have as a common denominator a new-paradigmatic view of science, where it is understood as socially constructed, implying relations of power and inclusion-exclusion. The author highlights the current tasks of science in general, and social science in particular, as generating practices that promote, for the entire population, the understanding and, consequently, the appropriation of scientific knowledge, reconnecting it with common sense. These social mobilization practices, carried out by new social actors, such as professional groups, constitute the “new social movements”, of which Paulo Freire’s work would be a precursor and inspiration.

Keywords: Family Therapy; Systemic Thinking; Postmodern Epistemology; Psychosocial Practices.

HELENA MAFFEI
CRUZ ¹

¹ Instituto Noos, São Paulo, SP, Brasil.

* Artigo publicado na revista *Pensando Famílias*, nº 5, em novembro de 2003.

<https://www.doi.org/10.38034/nps.v34i82.868>



A indagação-título deste artigo é um convite à reflexão sobre novas possibilidades de atuação que a introdução do pensamento sistêmico trouxe para terapeutas familiares, os desdobramentos em ações comunitárias e uma possível relação desses desenvolvimentos com os denominados “novos movimentos sociais” no início deste novo milênio. Sem pretender marcar com precisão o nascimento de um novo campo de saber, o que implicaria em crenças objetivistas que isolam a ciência das suas condições históricas e sociais de produção, mas utilizando como critério a produção escrita, podemos dizer que a terapia familiar tem, aproximadamente, meio século. Essa modalidade de atendimento clínico introduziu na psicologia o pensamento sistêmico e a cibernética.

A aplicação dos modelos cibernéticos aos campos sociais e biológicos permitiu a compreensão dos sistemas auto-organizados e a autonomia – sua principal característica. Bateson (1979, 1985) introduziu esses conceitos ao campo da psicologia, oferecendo uma nova noção da mente. Talvez essa tenha sido a mais importante contribuição para a mudança paradigmática: de uma psicologia moderna, centrada em conceitos universais onde as pessoas “têm” conhecimentos, inibições, problemas mentais, para uma psicologia em que a mente é compreendida como um processo em permanente evolução. Surge então a epistemologia cibernética concebida como ecologia da mente. Inicialmente, consistia em uma epistemologia dos sistemas observados, que geraria sua própria superação pela aplicação do conceito chave de circularidade à própria observação, incluindo o observador e focando a linguagem. Dessa maneira, as propriedades previamente atribuídas aos sistemas passam a ser compreendidas como dependentes do observador. Nas palavras de Pakman (1991):

Todo observador, ao observar um sistema, distingue-o como tal, constrói-o, e forma com ele outro sistema do qual é participante. Estes sistemas só têm existência na linguagem que os descreve... A verdade e a realidade estão relacionadas com uma construção social e consensual que se mostra viável para as práticas que guiam esses construtores. (p. 36-37)

Acredito que as ideias aqui resumidas recobrem as diversas posições da maioria dos terapeutas familiares contemporâneos, independentemente de suas preferências por autores construtivistas ou construcionistas. Para pensar sobre o movimento da terapia familiar como um todo, coerente com as noções antes descritas, elejo o que considero mais útil, isto é, enfatizar não as diferenças, mas sim o comum: a ideia de realidade construída consensualmente.

A revolução epistemológica implícita nas abordagens familiares não está em definir a família como *locus* dos problemas, o que seria simplesmente transferir do pessoal para o grupal “o problema”, definido objetivamente por cânones modernos, mas em questionar a própria noção de *self* que, de entidade estável, passa a ser compreendido como processo em contínua construção (Gergen, 1992). Sob a ótica do construcionismo social a noção de identidade tem sido muito criticada (Slugoski & Ginsburg, 1989). Ao mesmo tempo, é o próprio construcionismo social que vai oferecer instrumentos para a reflexão sobre as construções sociais de gênero, raça e de categorias baseadas em idade, como velhice ou adolescência. Discutir tais construções, no entanto, pressupõe alguma conceituação de identidade, pois os diferentes grupos, que reivindicam especificidade e questionam as definições universais, se autodefinem a partir do que poderíamos denominar “identidade coletiva”, construídas ativamente através do que se conhece como “políticas de identidade” (Guareschi, 1999).

Tomando o cuidado de não reificar as identidades coletivas, como se tivessem existência independente, pode-se compreendê-las como “continuamente recriadas por indivíduos através dos mesmos meios pelos quais eles se expressam a si mesmos

como atores com tal identidade, e ao mesmo tempo as identidades coletivas fazem tais ações possíveis” (Larraín, 2001, p.35). Pesquisando a literatura contemporânea das diversas ciências sociais observamos que, enquanto o conceito de identidade perde força na psicologia, é renovado e discutido na sociologia, como central para a compreensão dos novos movimentos sociais; estes, diferentemente dos movimentos sociais clássicos, definidos a partir do conceito de classe, são definidos pela identidade social de seus membros (mulheres, negros, homossexuais etc.)

Penso que a mudança paradigmática introduzida pelo pensamento sistêmico no campo da psicologia e da prática terapêutica coloca-nos em posição privilegiada para pesquisarmos e intervirmos na vida emocional de sujeitos sociais. A Associação Internacional de Terapia Familiar – IFTA, nos regulamentos que se referem à Promoção de Pesquisa e Capacitação Profissional, Cooperação Internacional e Intercâmbio de Ideias e Avanços na Terapia Familiar, define como área de atuação “famílias e suas redes”. Reconhecendo a atuação em trabalhos voltados a comunidades, possibilitou a criação de um subcomitê para áreas carentes em serviços sociais, criado e coordenado por Tom Andersen¹. Os estudiosos de psicologia social e sociologia tornam-se, então, interlocutores importantes para nossa tarefa.

A noção de identidade, compreendida não como resposta à pergunta “quem sou eu”, mas como resposta a uma pergunta que supõe a inserção em um grupo humano, isto é, “quem sou eu aos olhos dos outros” e também, “o que eu gostaria que os outros significativos pensassem de mim” permite compreender a noção de *self* como construída pelo conjunto de narrativas sobre nós mesmos que ouvimos dos outros significativos e aprendemos a nos contar. Nessas perguntas, está implícito que identidade não designa algo passivo, simplesmente atribuído, mas também uma atividade constante de construção, pois “os outros significativos” mudam durante nosso ciclo de vida e o são a partir de nossas necessidades, crenças e desejos. Ao mesmo tempo, o conceito não se refere só ao passado, mas principalmente a um projeto de futuro. Em uma sociedade em mudança, onde cada vez há menos aspectos prescritos para nossas maneiras de estar no mundo, ganha importância a afirmação de Larraín (2001): “ao conceber a identidade não como um *ethos* imutável, formado no passado, mas como um projeto aberto ao futuro, pode-se entender que o desafio presente aos membros de qualquer comunidade é definir o que querem ser” (p.46).

A terapia familiar tem desenvolvido ferramentas conversacionais úteis para a construção de futuros possíveis (Fried Schnitman, 1995, 1996, 2000), histórias preferíveis (Epston & White, 1990; White, 1994, 1997), dissolução de problemas (Anderson & Goolishian, 1988). Ao mesmo tempo, cada vez mais, percebemos nas propostas dos Congressos, títulos publicados e programas de institutos de formação de terapeutas, uma ampliação do campo que, enquanto para alguns é saudada como saída da “torre de marfim”, o consultório onde os terapeutas ficavam esperando as pessoas adoeçerem para buscar terapia, para outros é apontada como um abandono da verdadeira vocação.

Voltamos ao pensamento disjuntivo, ao retorno do ou isso ou aquilo?

Estamos extrapolando nossas funções?

É lícita tal transposição de conhecimentos?

Se pesquisarmos os grupos de pertinência de adultos é mais provável encontrarmos relações de trabalho, esportes, afinidades políticas, futebolísticas, associações de classe, bairro. Nos relacionamentos onde cada qual se inclui, e que constituem a rede social pessoal, composta pelas respostas à pergunta sobre o “nós”, onde aparece a Família de Origem?

Nós psicólogos acreditamos que, em cada uma das diferentes pertinências em que nos reconhecemos, está presente algum ingrediente da história pessoal na família de

¹ Este comitê foi criado no XIII Congresso Internacional de Terapia Familiar da IFTA, realizado em Porto Alegre, em novembro de 2001. Iniciou-se, sob a coordenação de Tom Andersen, com projetos no Peru, na África do Sul e na Ucrânia. Os projetos foram coordenados por membros locais da IFTA, e o assistente estrangeiro deveria ser o mais próximo possível cultural e geograficamente. O trabalho foi executado, sempre a partir das conversações com os interessados, desenvolvendo seus próprios recursos, visando a criação de redes locais, respeitando suas crenças e hábitos. Roxana Zevallos, do Instituto IFASIL, de Lima e membro do subcomitê coordenou os trabalhos em Lima e Helena Maffei Cruz e Marília de Freitas Pereira, do Instituto FAMILIAE, de São Paulo, foram colaboradoras visitantes.

origem, seja pelo direito ou pelo avesso, exibido ou guardado, com a mesma receita ou em novas combinações. Freud dizia, na linguagem disponível da época, emprestando das ciências naturais – neste caso a química –, que “o Ego é um precipitado de investimentos objetivos abandonados e contém a história dessas escolhas de objeto” (Freud, 1927, p.44). É uma analogia forte - um precipitado é um novo composto em que os elementos componentes não são separáveis. Semelhantemente aos sistemas, possui propriedades emergentes, ou seja, que não se encontram em nenhum dos elementos separadamente.

Aproveitando a analogia química, penso que a família de origem é o laboratório das relações humanas. Daí o poder multiplicador do trabalho com a família: quando redescrevemos histórias, experimentamos novos olhares para relações, mudam as maneiras de nos descrevermos e estas descrições geram novas maneiras de estarmos nos diferentes “nós”. Dito de outro modo, se podemos re-historiar nossa vida com a nossa família de origem, mudando o lugar de alguns personagens, focalizando cenários esmaecidos, redescrevendo o que era anteriormente dado como “líquido e certo”, e este exercício torna-se uma ferramenta para a construção de novas relações.

Acredito que a família de origem seja o primeiro e o mais importante nó em nossa rede social, a instaladora da subjetividade, a introdutora da cultura pelo batismo linguístico, que permite a singularidade: entretanto, desejo deixar bem claro que nesta frase, - *origem* significa de onde eu venho, isto é, lugares que definem relações de pertencimento, de como eu me defino, e isto é uma construção social e não biológica. Acredito também que apenas um nó não configura uma rede e que nenhuma família sobrevive fechada em si mesma. Assim, estudar, cuidar ou legislar sobre a família, é intervir no tecido social: a rede de famílias em interação.

Semelhantemente, é minha crença teórica que uma disciplina isolada, a psicologia no caso dos terapeutas, não pode aspirar a uma ação efetiva. Não é minha intenção propor a transposição de conceitos da terapia familiar, mas convidar os leitores a pensá-la como uma prática sistêmica e indagar sobre seu alcance como movimento social. Se analisarmos os discursos de profissionais que trabalham com minorias étnicas, raciais ou culturais em nossa sociedade, verificaremos que estes, cada vez mais, enfatizam a importância de agentes que possibilitem o diálogo entre o discurso oficial das ciências e as narrativas dos próprios usuários. Por exemplo, na área da saúde pública, na promoção de saúde da família, os agentes comunitários são o elemento que faz diferença, que é recebido nas casas populares como “gente como a gente”, “gente que fala a língua da gente”, para conversar com as pessoas sobre suas dores, dúvidas, aflições, intermediando ou evitando a relação doença/especialista, onde a pessoa do doente quase poderia ficar na sala de espera para não atrapalhar o trabalho do especialista com suas “perguntas ignorantes”. Nos relatos sobre experiências exitosas na área da educação, intervenções em situação de pobreza, risco, exclusão, nas situações de conflito, disputa ou litígio, vamos encontrar propostas de colaboração entre diferentes saberes e, principalmente, a inclusão da voz daquele que pede ajuda, considerada cada vez mais condição *sine qua non* para que este, criança, indigente, doente, dependente químico ou simplesmente pobre, continue sendo um sujeito e não um objeto social.

O que têm em comum as teorias que fundamentam essas práticas? É minha compreensão que o denominador comum a todas essas teorias de diferentes campos de saber é uma visão novo-paradigmática ou pós-moderna da ciência.

Nossa colega Maria José Esteves de Vasconcellos (2002), terapeuta sistêmica e epistemóloga, articulou os vários paradigmas apresentados contemporaneamente, como: o da complexidade, o da instabilidade e o da intersubjetividade, agrupando-os como três dimensões do novo paradigma da ciência. Operando com uma lógica

não disjuntiva, demonstra a recursividade entre essas três dimensões e a história da passagem das crenças da Ciência Moderna para o que ela denomina de Ciência Novo-Paradigmática, segundo o quadro resumido abaixo.

| CRENÇAS DA CIÊNCIA MODERNA | CRENÇAS DA CIÊNCIA NOVO-PARADIGMÁTICA |
|--|--|
| Simplicidade | Complexidade |
| ABORDAGEM DOS FENÔMENOS COMPLEXOS | |
| Fragmentação dos Sistemas | Sistemas |
| Atomização | Totalidades Organizadas |
| Análise | |
| CARACTERÍSTICAS DO MUNDO | |
| Estabilidade | Instabilidade |
| Reversibilidade | Indeterminação |
| | Irreversibilidade |
| CRITÉRIO DE CIENTIFICIDADE | |
| Objetividade | Espaços Consensuais de Intersubjetividade |

Marilene Grandesso (2000), também epistemóloga e terapeuta familiar brasileira, utiliza a mais conhecida discriminação. Isso ocorre através da ciência moderna/pós-moderna, onde pós-moderno refere-se ao pós-modernismo epistemológico, cujas características resumidamente podem ser apresentadas como se segue:

| MODERNISMO | PÓS-MODERNISMO |
|--|--------------------------------------|
| CONHECIMENTO | |
| Representação correta e confiável do mundo | Resultante de Intercâmbios Sociais |
| OBJETO | |
| Constitutivo do mundo | Operação de Distinção do Observador |
| REALIDADE | |
| Independente do Observador | Descrição Linguística do Observador |
| VERDADE | |
| Critério Decisório | Acordo de uma Comunidade Linguística |

Ainda segundo Grandesso, dessas duas concepções de ciência decorrem as crenças modernas e as pós-modernas sobre o que é Psicologia, sumarizadas abaixo:

| PSICOLOGIA | |
|--|--|
| CRENÇAS MODERNAS | CRENÇAS PÓS-MODERNAS |
| Método Lógico e Empírico | Métodos Qualitativo Reflexão |
| Leis Gerais do Comportamento | Leis Histórica e Culturalmente Contingentes |
| Universo Psicológico Cognoscível por Ato de Observação Neutra | Universo Psicológico Construído pela Relação Observador-Observado |

Ao aceitarmos as características atribuídas às crenças pós-modernas como integrando nossas concepções sobre Psicologia, então, sem dúvida, estamos nos definindo como cientistas sociais comprometidos com as discussões sobre a crise paradigmática da modernidade social e não simplesmente com uma mudança epistemológica em um mundo de puras ideias filosóficas – o que seria, em si, uma crença moderna.

Como surgiu a Ciência Moderna? Segundo a teoria da Ciência ou Epistemologia de Gaston Bachelard, a Ciência, que posteriormente se chamou de moderna, surge como ruptura com o senso comum. Esta ruptura, que Souza Santos (1995) denomina Primeira Ruptura Epistemológica, define-se nas palavras de Bachelard (1971) pelas ideias seguintes, que se aplicam às ciências naturais e às ciências sociais:

- a ciência opõe-se absolutamente à opinião;

- a ciência constrói-se contra o senso comum, mediante três atos epistemológicos fundamentais: a ruptura, a construção e a constatação, essenciais a qualquer prática científica.

Foi preciso Galileu ir contra o que todos veem – que o sol gira em torno da terra, aparecendo sempre do mesmo lado e desaparecendo do outro – para romper com o senso comum. Tarefa não só difícil como perigosa! Não basta, entretanto, afirmar. Afirmar o senso comum, ou principalmente o pensamento religioso hegemônico, já faziam. É preciso romper com o sensível, construir o inteligível, experimentar, constatar – e assim estavam definidos o método científico e as extraordinárias invenções que modificaram completamente os modos de vida da região em que se deu e, como parte desse mesmo processo de investigação, houve uma drástica alteração da geografia e da história do mundo. O fim do século XV viu o poder hegemônico da Igreja perder sua cabeça de ponte na Ásia, Constantinopla, e a América surgir para a Europa como uma nova realidade.

Entretanto, essa ciência que “faz coisas que até Deus duvida” é, se a compreendemos como uma construção social, parte de uma geopolítica; o que significa que seus resultados não vão ser objetivos, imparciais e distribuídos de forma neutra. Então, como agora, o destino de uma pesquisa não era indiferente a quem são seus patrocinadores. A ciência moderna nasce na Europa e seu saber-poder possibilita o nascimento de uma nova forma de sistema econômico, o mercantilismo, e este sistema constitui a família de origem do capitalismo. O conhecimento científico nasce como mercadoria valiosa, moeda que dá poder, e um poder de poucos. Assim, historicamente, a expropriação econômica se desenvolve juntamente com a exclusão do conhecimento.

As ciências sociais, que surgem nesse período e cuja filiação costumamos assim atribuir, sendo que a sociologia é filha do capitalismo e a antropologia do imperialismo,

devem adequar-se aos cânones das ciências naturais para merecerem o título de ciências. Os percalços desse caminho são velhos conhecidos de todos nós. No entanto, nem tudo é matematicamente perfeito, mesmo no caminho das “verdadeiras ciências”: Bachelard define como *Obstáculos Epistemológicos* as dificuldades na manutenção da ruptura, construção e constatação, o método exposto, a experiência reproduzível; em suma, a “filosofia diurna” dessa ciência. Em suas palavras: “diante da ciência o espírito jamais é jovem. É, inclusive, muito velho porque tem a idade de seus preconceitos” (Bachelard, 1971, p.148). A afirmação de que “a observação científica é sempre polêmica; conhece-se contra um conhecimento anterior” (Bachelard, 1971, p. 147) encobre as dificuldades que aparecem, a “filosofia noturna”, ou seja, a existência de ideias vulgares recobertas de jargão, preconceitos idealistas, noções pseudocientíficas que não resistem à apregoada exigência de rigor. Essas dificuldades indicam que a crença no projeto científico moderno como uma prática universalizável, exercida de modo neutro, em uma torre de marfim, é uma ilusão e o próprio avanço científico produz na física, matriz da modernidade as noções de incerteza, instabilidade e definições sujeito-dependentes.

A crise que se instala nessa epistemologia, a que melhor explica a ciência moderna, exige para sua superação uma Segunda Ruptura Epistemológica. Este é o ponto em que nos encontramos e é aí onde vejo a oportunidade de nós, praticantes sistêmicos, constituirmos um Novo Movimento Social. Segundo Souza Santos (2000),

a ciência moderna tornou possível a primeira ruptura epistemológica e, com base nela, separou-se do senso comum existente. No entanto, uma vez realizada essa ruptura, o ato epistemológico mais importante é romper com ela e fazer com que o conhecimento científico se transforme num novo senso comum. Para isso é preciso contra o saber, criar saberes e, contra os saberes, contra saberes. (p.104)

Do que trata, então, essa segunda ruptura?

- Do reencontro com o senso comum e a consequente inclusão das pessoas comuns, excluídas da compreensão dessa racionalidade, na geração de conhecimento.
- De reconhecer que a ciência é uma prática social, que promove e é promovida por acordos linguísticos entre determinados atores sociais; que essa competência linguística descreve todos que não a possuem de modo negativo, levando aqueles cuja competência linguística é a do senso comum a terem, *ipso facto*, seus saberes desqualificados.

A tarefa que a pós-modernidade epistemológica pede aos cientistas em geral e aos cientistas sociais com maior ênfase, é a de gerar práticas que promovam compreensão e, conseqüentemente, a apropriação do saber científico, religando-o aos saberes do senso comum. Conforme Grandesso (2000),

a psicologia da pós-modernidade define o psicólogo como um agente de transformação social para o qual contribuem o pessoal, o político e o profissional, implicando necessariamente uma ética das relações, cujos traços mais significativos são a consciência da autoreflexividade e a consciência de que suas práticas e seus métodos de estudo não são ideologicamente neutros. (p.55)

Aceitar essa definição contextualiza a postura de respeito pela linguagem do cliente, a procura das competências e a valorização de seus saberes, não como um ato de generosidade ou bondade, mas convida-nos a questionar certas críticas que a descrevem como uma postura relativista de “*everything goes*” e a reconhecê-la como

teoria em ação. Como marco inicial dessa postura, o senso comum não pode ser definido apenas negativamente, isto é, como não científico.

Se a epistemologia da ciência moderna está em crise, as práticas que definem a sociedade onde essa ciência se desenvolveu também passam por uma crise paradigmática, cujas características diferem muito do centro hegemônico para as regiões semiperiféricas ou periféricas. Não cabe aqui detalhar essa crise, mas podemos apontar para seu aspecto macro: no plano social e político, o projeto da modernidade era demasiado ambicioso e internamente contraditório e o excesso de promessas produziria um deficit irreparável dentro do próprio paradigma (Souza Santos, 2000).

As promessas da modernidade em relação à constituição das sociedades apontavam para a plena expressão das subjetividades, a possibilidade de emancipação e o exercício da cidadania como possibilidades universais. Essa crença moderna na possibilidade universal de mudança produziu empiricamente diferentes atualizações que poderiam ser descritas como o que a linguagem marxista denomina “possíveis históricos”. Em países onde a tradição democrática era mais forte houve uma tendência à exacerbação na área da cidadania em detrimento da expressão da subjetividade e da emancipação, com um excesso de normatização disciplinar contra a qual movimentos contemporâneos vêm se insurgindo, por exemplo, nos países nórdicos europeus. Em países onde os direitos civis eram privilégio de poucos nobres, a ênfase na emancipação empobreceu o desenvolvimento da cidadania e subjetividade, gerando despotismo, totalitarismo ou reformismo autoritário, como ocorreu com o projeto socialista no leste europeu. Nos países periféricos, que se desenvolveram à margem da revolução moderna, encontram-se todas as combinatórias nos diferentes estratos da população. Em nosso país, os psicólogos, frequentemente oriundos de classes médias, com sua ênfase na subjetividade, correm o risco de construir práticas pouco atentas às questões da cidadania e emancipação, contribuindo para uma cultura narcisista e dissociada da realidade social, presente em estratos da população que se beneficiam da desigualdade social.

Não se trata de negar nossos conhecimentos, mas de nos interrogarmos, seguindo Foucault (1979), quais outros conhecimentos nossa ciência suprime, que formas de vida desqualifica. Este é o primeiro passo para realizarmos a chamada segunda ruptura epistemológica: estabelecer o diálogo entre os discursos, métodos e técnicas científicas e os discursos, métodos e técnicas geradas pelo senso comum, tarefa ética por excelência que nos tornará capazes de gerar práticas úteis à população.

Temos que começar com uma definição positiva do senso comum. Destaco algumas características úteis para um terapeuta sistêmico empenhado em construir conversações colaborativas com seus consultantes.

O senso comum é pragmático e prático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um grupo social determinado e, nessa correspondência, se afirma e dá segurança; é transparente e evidente... superficial..., mas por isso mesmo exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre as pessoas... não resulta de uma prática especificamente orientada para produzir: reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida... é retórico e metafórico; não ensina, persuade. (Souza Santos, 1995, p.56).

A ruptura que cavou a trincheira entre os cientistas e as pessoas comuns transformou-as *ipso facto* em iletradas em relação a textos de importância vital para elas próprias, como as aquisições da medicina, da pedagogia e da psicologia, para ficarmos em áreas próximas à nossa prática. Os novos movimentos sociais (Souza Santos, 2000) colocam em cena novos atores sociais, colocam em jogo novas práticas de mobilização social, são transclassistas e transnacionais – como os movimentos ecológicos,

feministas, pacifistas, antirracistas, de excluídos, de defesa dos direitos humanos, grupos eclesiais, grupos profissionais.

Talvez o melhor exemplo de cientista social que encarnou essa possibilidade de ruptura com a ruptura moderna tenha sido Paulo Freire. Impedido de prosseguir sua tarefa pedagógica no Brasil, pelo regime militar instalado em 1964, tornou-se um “andarilho da utopia”, transformando o ato de alfabetizar em um legítimo Novo Movimento Social. Desenvolvendo a Pedagogia da Autonomia, Freire (2001) acreditava na educação como transformação do mundo. “Mudar é difícil, porém possível” era sua bandeira quando exortava os educadores a compreenderem a “leitura do mundo” que fazem os grupos populares.

Para Freire, “nas relações político-pedagógicas com grupos populares não se pode desconsiderar seus saberes feitos de experiência” (Freire, 1982, p.90). As explicações sobre o mundo, que compreendem a própria inserção das pessoas nesse mundo, é o que Freire chama “leitura do mundo” que, a seu juízo, antecede a leitura da palavra. Portanto, em cada comunidade, região ou país, sempre buscou o tema que interessava às pessoas, mudando a compreensão da alfabetização de uma técnica para um instrumento de leitura do mundo, uma abordagem mais efetiva.

Para Freire (2001), tanto o saber ingênuo como o científico, compartilham a mesma base, que ele denominava “curiosidade epistemológica”. É a reflexão crítica sobre a prática que os diferencia. Porém, o discurso teórico necessário à reflexão crítica contém outro elemento fundamental: a emoção. Por exemplo, além de saber algo sobre uma situação de injustiça, é preciso resgatar a emoção ligada a esse conhecimento. Ele a nomeia como “raiva justa”, que daria força ao nascimento dos movimentos de transformação social.

O grupo neozelandês *Just Therapy* (2001), inspirado nas ideias de ação-reflexão de Paulo Freire, desenvolveu trabalhos com excluídos de seu país, em sua maioria remanescentes das populações nativas maori e samoana – cujas culturas desqualificadas e descaracterizadas pela colonização britânica cultivam valores relacionados com o sagrado, a tradição e o respeito a seus ancestrais, estranhos às abordagens modernas em terapia. O respeito pela diferença começa desde a composição da diretoria do grupo, constituída por um branco descendente de europeus, um maori e uma samoana. É desse grupo – distante geograficamente porém muito próximos nos ideais – que sintetizo algumas ideias que me estimularam a postular a contextualização da terapia sistêmica neopradigmática ou pós-moderna como um Novo Movimento Social.

Partindo de observações advindas de sua própria prática, vê-se que muitas vezes nós terapeutas inadvertidamente ajustamos as pessoas à pobreza, ao racismo e ao sexismo, o que se reflete na afirmação de que “os terapeutas são os barômetros de dor na sociedade” (Waldegrave & Tamasese, 2001). Dessa afirmação decorre a responsabilidade de buscar respostas éticas a histórias de dor. Se percorrermos os anais dos últimos Congressos brasileiros e internacionais de terapia familiar, verificaremos com que frequência essas preocupações têm permeado as apresentações e quantas abordagens respeitosas e culturalmente sensíveis têm sido desenvolvidas.

A escuta de Kiwi Tamasese (Waldegrave & Tamasese, 2001), a samoana do grupo neozelandês para as culturas marginalizadas, exprime-se poeticamente:

Dê nome aos seus nomes
Dê nome à sua cultura
Dê nome ao seu posicionamento dentro da nossa sociedade
Dê nome à sua história
Dê nome às suas perdas
Dê nome aos seus mortos

Da mesma forma, convida-nos a uma nova identidade:

Dê nome à nossa disciplina
 Dê nome às falhas dessa disciplina
 Dê nome a seus pontos fortes...
 Nomear é, na verdade, um ato de coragem, um ato político, um ato precioso,
 um ato que atribui pertencimento, que leva à sacralidade
 Nomear é um ato de liberação
 Nomear é, de fato, um ato terapêutico.

Um Novo Movimento Social?

REFERÊNCIAS

- Anderson, H., & Goolishian, H.** (1988) *Human Systems as Linguistic Systems: evolving ideas about implications for theory and practice*. *Family Process*, n.27, p.371-393.
- Bachelard, G.** (1971). *Epistemologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Bateson, G.** (1979). *Espiritu y Naturaleza*. Buenos Aires: Amarrortu Editores.
- Bateson, G.** (1985). *Pasos Hacia Una Ecologia de la Mente*. Buenos Aires: Planeta-Carlos Lohlé.
- Epston, D., & White, M.** (1990). *Narrative Means to Therapeutic Ends*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company.
- Foucault, M.** (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Freire, P.** (1982). *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P.** (2001). *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freud, S.** (1927). *O Ego e O Id*. Edição Standard das Obras Completas, v. XIX.
- Fried Schnitman, D.** (1995). *Hacia Una Terapia de lo Emergente: construcción, complejidad, novedad*. In: Mac Namee, S. & Gernen, K. J. (Org.). *La Terapia como Construcción Social*. Barcelona/Buenos Aires/Cidade do México: Editorial Paidós. P.253-275.
- Fried Schnitman, D.** (1996). *Novos Paradigmas Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médias.
- Fried Schnitman, D.** (2000). *Terapia como Prática Social Generativa: Perspectivas e Habilidades*. In: Cruz, H. M. (Org.). *Papai, Mamãe, Você... e Eu? Conversações Terapêuticas em Famílias com Crianças*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gergen, K.** (1992). *El Yo Saturado - Dilemas de Identidad em el Mundo Contemporáneo*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Grandesso, M.** (2000). *Sobre a Reconstrução do Significado: Uma Análise Epistemológica e Hermenêutica da Prática Clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Guareschi, N.** (1999). *Políticas de Identidade: uma Breve Conceção*. *Educação*, ano XXII, n.39, set./1999, p.7-26.
- Larraín, J.** (2001). *Identidad Chilena*. Santiago: LOM Ediciones.
- New Zeland Just Therapy Team** (2001)– Just Therapy Workshop. São Paulo: APTF Associação Paulista de Terapia Familiar, jun./2001.
- Pakman, M.** (1991). *Uma Actualizacion Epistemológica de las Terapias Sistêmicas*. Berkshire: Curso Intensivo sobre Terapia Familiar Sistêmica, Department of Psychiatry at Berkshire Medical Center and Family Center of the Berkshires.
- Slugoski, B. R. & Ginsburg, G. P.** (1989). *Ego Identy and Explanatory Speech*. In: Shotter, J. & Gergen, K. J. (Org.). *Texts of Identity*. Londres: Sage Publications.

- Souza Santos, B.** (1995). *Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-Modernidade*. São Paulo: Editora Cortez.
- Souza Santos, B.** (2000). *Introdução a uma Ciência Pós-moderna*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Vasconcellos, M. J. E.** (2002). *Pensamento Sistêmico – O novo paradigma da ciência*. Campinas: Papyrus.
- Waldegrave, C. & Tamasese, K.** (2001). *Algumas Ideias Centrais no Método da Just Therapy*. *Nova Perspectiva Sistêmica*, ano X, n.1, ago./2001, Rio de Janeiro.
- White, M.** (1994). *Guias para Uma Terapia Familiar Sistêmica*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- White, M.** (1997). *Narratives of Therapists' Lives*. Adelaide: Dulwich Centre Publications.
-

HELENA MAFFEI CRUZ

Socióloga e psicóloga, com formação em psicanálise pelo Instituto Sedes Sapientiae e em terapia familiar pelo Instituto de Terapia de Família do Rio de Janeiro. Mestre em psicologia clínica pela PUC-SP, é terapeuta de adultos, crianças, famílias e casais. Foi sócia-fundadora, docente e supervisora do Instituto FAMILIAE (1991-2015) e sócia-fundadora da Associação Paulista de Terapia Familiar – APTF (1993), da qual foi secretária da diretoria (1996-1997) e vice-presidente (2000-2001). Editora associada da revista *Nova Perspectiva Sistêmica* desde 2006.

<https://orcid.org/0000-0002-0073-3197>

E-mail: helenamcruz@uol.com.br